

Senado quer esclarecimento

A comissão especial do Senado para investigação da dívida externa, que se reunirá hoje para definir o seu roteiro de trabalho, envolveu-se ontem nos debates suscitados por denúncia feita pelo senador Meira Filho (PMDB/DF), durante a sessão plenária, a respeito do desconhecimento por parte do Banco Central do montante do que é devido pelo Brasil aos seus credores externos.

Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB e relator da comissão especial, assegurou que toda a comissão e o presidente da República estão igualmente interessados na total apuração do episódio.

Em sua denúncia, Meira Filho lembrou que o ex-presidente do Tribunal de Contas da União, Fernando Gonçalves, em 1984, também pretendeu, sem sucesso, informar-se junto ao Banco Central do total da dívida externa. Ele esclareceu que em março deste ano requereu ao Banco Central dados relativos ao total da dívida, tendo recebido, depois de algum tempo, informação do chefe de gabinete de Francisco Gros, de que somente após seis meses de pesquisas seria possível uma conclusão precisa quanto ao montante da dívida. E ainda: em documento oficial daquele banco, relativo a 1986, há trecho em que a dívida é apontada como sendo de 108 bilhões e 800 milhões de dólares, enquanto em outro trecho faz alusão a uma "previsão" de 103 bilhões e 180 milhões de dólares para aquele ano. O representante dos pequenos partidos na Comissão especial da dívida, Senador Jamil Haddad (PSB/RJ), condicionou sua permanência naquele órgão à presença do diretor do Banco Central, Francisco Gros, no Senado, para prestar esclarecimentos de como é possível um país declarar moratória sem saber quanto deve.

Para o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, presidente da comissão especial da dívida, o Brasil precisa definir, com rapidez, sua política com relação aos credores. Ele informou que em contato mantido ontem com o 1º Vice-Presidente do Chase Manhattan Bank, Francis Mason, o representante do segundo maior credor do Brasil (três bilhões de dólares), admitiu que a negociação pode ser feita, também, a nível político e não apenas econômico. Chiarelli antecipou que vai propor à comissão por ele presidida que seja articulado encontro em separado entre representantes brasileiros e dos bancos estrangeiros credores.